



**Conselho Municipal de Saúde  
do Rio de Janeiro**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**Ref.: 14/06/2022**

**Aos catorze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, em convocação para a reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ), no período das catorze horas e trinta minutos às dezessete horas, no Auditório Meri Baran, Bloco I – Centro Administrativo São Sebastião/CASS, reuniram-se pelo segmento dos usuários: conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes (Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – SINDSPREV/RJ); conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); conselheira Maria Angélica de Souza (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2); conselheiro José Cosme dos Reis (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3) e o conselheiro Ludugério Antônio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1). Pelo segmento dos profissionais de saúde: conselheira Lucimar Oliveira do Nascimento (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ); conselheiro Wagner Gomes Bezerra (Sindicato dos Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Auxiliares de Fisioterapia e Auxiliares de Terapia Ocupacional no Estado do Rio de Janeiro – SINFITO) e o conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINDPSI). Pelo segmento dos gestores/prestadores de serviços: conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal (Secretaria Municipal de Saúde – SMS); conselheira Clema dos Santos (Secretaria Municipal de Saúde – SMS); conselheira Clara Câmara Soveral Carneiro (Secretaria Municipal de Saúde – SMS); conselheira suplente Audrey Fischer (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); conselheira Carmen Sandra Portugal Nogueira (Fundação Amélia Dias de Assistência ao Menor e Adolescente Portador de Necessidades Especiais – FAMAD) e a conselheira Maria de Lourdes Tavares Cavalcanti (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). Coordenação: Presidente do Conselho: **Maria de Fátima Gustavo Lopes**. Auxílio à Coordenação: **Comissão Executiva**: Morgana Eneile Tavares de Almeida, José Cosme dos Reis, Márcio Berman,**

Osvaldo Sérgio Mendes, Elizabeth Guastini, Marinaldo Silva Santos, Raquel de Moraes Barbosa Caprio e Liliane Cardoso de Almeida Leal. Moderadora: **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto**. **Pauta do Dia:** Deliberação das Atas de 15/03/2022 e 12/04/2022. **1)** Deliberação do processo **09/002941/2016** – Assunto: Rescisão Contratual Amigável – Hospital Universitário Pedro Ernesto: **20 minutos** (10 minutos de apresentação / 10 minutos de debate). **2)** Comissão de Educação Permanente – **Tema:** Panorama atual da Covid-19 no Município do Rio de Janeiro – **30 minutos** (15 de apresentação / 15 minutos de debate). **3)** Deliberação do Ofício **Nº SMS-OFI-2022/14359** - Assunto: Relação Interinstitucional – Remanejamento de leitos – **20 minutos** (10 minutos de apresentação / 10 minutos de debate). **4)** Deliberação do Ofício **Nº SMS-OFI-2022/14004** - Assunto: Termo de Adesão ao Cofinanciamento Estadual para procedimentos de Terapia Renal Substitutiva (hemodiálise) e confecção de Fístula Arteriovenosa (FAV) no âmbito do SUS, no Estado do Rio de Janeiro – **20 minutos** (10 minutos de apresentação / 10 minutos de debate). **5)** Deliberação do Ofício **Nº SMS-OFI-2022/14354** – Assunto: Objetivo de lograr a aprovação da revisão do Manual de Regulação Ambulatorial do município do Rio de Janeiro – **40 minutos** (20 minutos de apresentação / 20 minutos de debate). **6)** Cancelado, veja abaixo. **7)** Informes dos Conselhos Distritais de Saúde – **10 minutos**. **8)** Informes da Secretaria Executiva – **10 minutos**. **9)** Informes da Gestão da SMS – **10 minutos**. **10)** Informes do Colegiado - **5 minutos** por conselheiro. A reunião foi iniciada às 14 horas e 47 minutos com quórum previsto no Regimento Interno do CMS/RJ. O **conselheiro Marinaldo Silva Santos** pediu que registrasse em ata que até às 14 horas e 30 minutos não tinha quórum para iniciar à reunião. Ressaltou que a reunião começou quinze minutos depois do prazo estipulado para a segunda convocação o qual é às 14 horas e 30 minutos para ver se tem quórum ou não. A **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** informou que o início da reunião é às 14 horas, sendo que a primeira chamada é às 14 horas e 30 minutos e que foi estendido por mais quinze minutos por não ter quórum suficiente para iniciar a reunião. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** pediu Questão de Ordem. Então, chamou os conselheiros Osvaldo Sérgio Mendes (Usuário) e Marinaldo Silva Santos (Profissional) para comporem à Mesa, onde os demais já estavam. Continuando, a **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** fez a leitura da pauta e depois a colocou em votação, sendo aprovada por maioria simples. Prosseguindo, foram colocadas em votação as Atas de 15/03/2022 e 12/04/2022, que foram aprovadas por maioria simples. **Ponto um:** Nesse momento, o Coordenador Geral de Contratualização, Controle e Auditoria **André Luis Paes Ramos** deu início a apresentação da Deliberação do processo 09/002941/2016, que trata da Rescisão Contratual Amigável do Hospital Universitário Pedro Ernesto. Logo após foi aberto o ciclo de debate. Para completar a fala do palestrante, a **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** disse que é um contrato de cinco anos e que terminará em 2023. Contudo, foi interesse do Governo do Estado do Rio de Janeiro retomar o Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) e pediram que o contrato terminasse um ano antes para assumir o

HUPE de forma amigável e sem brigas; inclusive isso foi acertado e está sendo encaminhado dessa forma. O **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** perguntou se estava presente alguém da AP 2.2, pois deseja saber qual foi o parecer do CDS da AP 2.2 referente a isso? A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** informou que o Presidente do CDS da AP 2.2, Felipe Vieira dos Santos visitou a Unidade de Saúde junto com a Comissão Executiva de sua Área. Informou que nessa visita tudo foi esclarecido, inclusive que não haverá perdas para os municípios e, eles concordaram. Informou ainda que o Presidente do CDS da AP 2.2 está com o relatório da visita e que passou pela Plenária da AP 2.2 e, que depois foi enviado à Comissão Executiva do CMS/RJ para fazer a análise do processo. Foi o que fizeram. Prosseguindo, colocou em votação a Deliberação do processo 09/002941/2016, sobre a Rescisão Contratual Amigável do Hospital Universitário Pedro Ernesto, que foi aprovado por maioria simples. **Ponto dois:** Comissão de Educação Permanente. Nesse momento, a **Coordenadora do Programa de Imunizações Nadja Greffe** apresentou o panorama atual da Covid-19 no município do Rio de Janeiro, utilizando-se de recursos audiovisuais, comentando-os e explicando-os. Em seguida foi aberto o ciclo de debate da primeira parte da apresentação. O **conselheiro Marinaldo Silva Santos** sugeriu que fossem usadas às escolas para poder atingir o maior número de crianças na vacinação. Informou que há duas semanas, em uma determinada escola, duas turmas deixaram de ter aula durante uma semana porque tinha dois professores que estavam contaminados e contaminaram também funcionários dessa escola. Disse que não tem percebido nas escolas em que vai essa vacinação e dizem que já existe junto com o PSE (Programa de Saúde nas Escolas) da SMS e, que não sabia se começou com algumas Coordenadorias Regionais e que ainda não chegou até as outras Coordenadorias Regionais. Então pelo menos não percebeu que nem é conversado com a escola essa questão e a escola não lhes passam (para os psicólogos) essa questão da vacinação porque geralmente, esse encontro com a escola sempre nos coloca para que saibam quais são as atividades que estão sendo desenvolvidas ali (na escola). A **Coordenadora do Programa de Imunizações Nadja Greffe** informou que pode disponibilizar aos membros do Colegiado, o material feito com a Secretaria Municipal de Educação (SME), a respeito do número de escolas em que houve vacinação, pois das mil e trezentas escolas, foram em novecentas e oitenta para fazer a vacinação, o que resultou em vinte mil crianças vacinadas no equipamento escolar. Repetiu que pode disponibilizar isso ao CMS/RJ para que verifiquem o perfil de visitação, mas é claro que é difícil conseguir cem por cento das escolas porque dependem de uma agenda conjunta SMS-SME. Mas os gestores anteriores da Saúde e Educação fizeram a promoção de uma campanha chamada Vacina na Escola, onde fizeram quarenta e cinco dias de vacinação nas escolas em abril e maio e que foi uma intensificação feita, onde se atingiu esse número. Mas nada impede que findado esse tempo de intensificação, que a gente continue programando outras escolas, bastando fazer a solicitação que cada escola tem como referência uma estrutura de saúde, um equipamento de saúde. Então esse ligamento pode ser feito no território da seguinte forma: “olha, aqui a gente têm

crianças que nunca foram visitadas, mas vamos promover uma programação”. Isso é completamente factível e pode estimular para que isso aconteça cada vez mais. A **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** informou o que acontece nas Áreas é que a Clínica da Família local é quem faz esse contato com a escola e monta essa agenda. Perguntou se está separado por escola ou por número? A **Coordenadora do Programa de imunizações Nadja Greffe** informou que não. Salientou que essa ação que fizeram foi uma articulação da SMS com a SME. Inclusive, uma das reuniões do NISEC, que é o Núcleo de Saúde Escolar das CAP's, onde fizemos a comunicação e os NISEC'S com às CRE's montaram uma programação de vacinação na escola e a partir dessa programação nós acionamos a Equipe de Saúde, nesse tempo de intensificação, que foi abril e maio. Passado isso, as ações continuam, pois o PSE tem um cronograma do ano para trabalhar a vacinação. Então, pode em cada mês ter uma programação de vacinação na escola. Basta fazer a ativação via NISEC. O **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** informou que é importante o apoio e ajuda do Secretário Municipal de Saúde com o Controle Social. Baseado nisso, perguntou se é possível termos essa apresentação? Perguntou também se a Coordenadora do Programa de Imunizações Nadja Greffe pretende no dia 25 de junho fazer uma apresentação no CDS da AP 5.1? A **Coordenadora do Programa de Imunizações Nadja Greffe** disponibilizou para a Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto fazer uma cópia da apresentação e que já está disponível para o CMS/RJ, pois apoiam em qualquer situação de vacinação, senão diretamente com a Coordenação, inclusive têm representantes nas CAP's, que são a nossa referência. Então, quem estiver disponível pode ser sim ser apoiador em qualquer situação de palestra, reunião e informação. O que pretendem é fazer a divulgação disso, porém não pode se comprometer, nesse momento, com o Senhor (conselheiro Ludugério Antonio da Silva) porque tem que ver uma agenda interna, mas alguém com certeza, está vendo o convite pode representar a Coordenação de Imunização. Caso precise de alguém, pode ver nas CAP's, pois elas têm o que chamamos de Divisão de Vigilância em Saúde. Esse grupo de trabalho é o que desdobra o nosso trabalho do Nível Central que centralizado, desdobra nos territórios. Portanto, eles podem fazer uma representação nesse dia também. A **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** informou que essa apresentação é muito importante, pois mostra o município do Rio de Janeiro em sua totalidade. Informou que a Divisão de Vigilância da AP 5.1 pode ir mais fundo no território de sua Área e ver se está melhor ou não e qual a faixa etária, pois ela apresenta aqui o somatório do Rio de Janeiro, mas lá eles podem ir direto, por exemplo: “na AP 5.1 as crianças foram mais vacinadas e os adultos não e, de repente em outra Área pode ser o contrário”. Por isso, é mais enriquecedor para o Senhor (conselheiro Ludugério Antônio da Silva) ter a Coordenação local junto a sua reunião que, com certeza, vai lhe dar mais dados para vocês trabalharem. O **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** informou quanto à apresentação e quanto ao trabalho desenvolvido pela CAP 5.1, o Professor Paulo (inaudível), que representa permanentemente em nossas reuniões, não tem mais o que falar, mas querem porque é lei. E, aqui na

apresentação a sessão tomou conhecimento do que está acontecendo no Rio de Janeiro, pois tem coisa que acontece na AP 5.1 e que não acontece em outra. É isso que querem saber. A **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** informou que a Coordenadora do Programa de Imunizações Nadja Greffe pode depois, passar essa apresentação para as CAP's e eles farão a apresentação. O **conselheiro José Cosme dos Reis** informou que a apresentação foi bem, mas o primeiro carnaval não houve a sensação de bem-estar, mas no segundo carnaval as pessoas sentiram certa diferença. Então, de lá para cá ficou fiscalizando as Unidades de Saúde de sua Área e que estão lotadas de pessoas infectadas. A **Coordenadora do Programa de imunizações Nadja Greffe** disse que seria interessante o Senhor (conselheiro José Cosme dos Reis) ver a segunda pré parte da apresentação porque a primeira teve uma discussão sobre a vacinação. A gente tem uma segunda parte que fala sobre os dados da doença e acha que pode fazer essa apresentação e logo após voltar à sua discussão, pode ser? Houve anuência. Prosseguindo com o **Ponto dois**: Segunda apresentação. Nesse momento, a **Coordenadora do CIEVS Luciana de Almeida Pinto** apresentou o Boletim Epidemiológico com dados referentes à transmissão da Covid-19 no município do Rio de Janeiro, como a diminuição de casos graves e de mortos, utilizando-se de recursos audiovisuais, comentando-os e explicando-os. Como não houve conselheiros para debater, o **conselheiro José Cosme dos Reis** informou que o ponto estava esclarecido. Ponto três: Nesse ponto houve apenas apresentação e esclarecimentos sobre o assunto, não havendo necessidade de deliberação por parte do Colegiado, por se tratar de um informe, segundo a apresentadora. Com a palavra, a **Assessora da Subsecretária Geral e conselheira Clara Câmara Soveral Carneiro** que discorreu sobre o informe do Ofício Nº **SMS-OFI-2022/14359** referente a Relação Interinstitucional – Remanejamento de leitos. Em seguida foi aberto o ciclo de debate. O **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** disse não entender a fala de vinte leitos para o Hospital Municipal Albert Schweitzer e indagou se vai aumentar o número de leitos nessa Unidade de Saúde colocando mais vinte leitos novos? A **conselheira Clara Câmara Soveral** informou que o Hospital Municipal Albert Schweitzer (HMAS) já têm esses leitos e os leitos não podem ser novos, mas os existentes, pois o HMAS já foi contemplado com essa habilitação e está em processo de comprovação de que está regular, pois o dia três de agosto é o dia final que o Ministério da Saúde (MS) irá dizer aprovado definitivamente ou rejeitado. Caso seja confirmado receberá recursos financeiros do Ministério da Saúde. Salientou que não são mais vinte leitos novos, mas vinte leitos que já existem na UTI do HMAS. O **conselheiro José Cosme dos Reis** perguntou qual a quantidade de leitos? A **conselheira Clara Câmara Soveral Carneiro** informou que têm o pedido e a publicação da Portaria de duzentos e cinco leitos, mas pediram mais e foram contemplados com onze leitos, cuja proposta deverá ser encaminhada e que vai pedir mais hoje, por enquanto. Informou que o município do Rio de Janeiro vai recorrer para manifestar o interesse e esses leitos serão distribuídos pelos municípios do Rio de Janeiro que fizeram demanda, considerando a necessidade de cada local. A **conselheira Maria**

**Angélica de Souza** disse que um município que não tem condições de assumir o recurso que vem do Ministério da Saúde, no caso a execução, o município do Rio de Janeiro do Rio vai buscar, para que haja um melhor serviço, sendo que antes vai para a Regulação, pois é para todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro. Prosseguindo, perguntou se o recurso é carimbado? A **conselheira Clara Câmara Soveral Carneiro** respondeu que o recurso é especificamente para leitos de UTI de três Unidades de Saúde e que vai compartilhar a Portaria com os nomes das Unidades de Saúde que já têm assegurado esses leitos de UTI. Ponto quatro: a **Assessora da Subsecretária Geral e conselheira Clara Câmara Soveral Carneiro** deu início a Deliberação do Ofício N° **SMS-OFI-2022/14004** referente ao Termo de Adesão ao Cofinanciamento Estadual para procedimentos de Terapia Renal Substitutiva (hemodiálise) e confecção de Fístula Arteriovenosa (FAV) no âmbito do SUS, no Estado do Rio de Janeiro, utilizando-se de recursos audiovisuais, comentando-os e explicando-os. Em seguida foi aberto o ciclo de debate. O **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** disse, por exemplo, que o Hospital Municipal Albert Schweitzer (HMAS) era do Governo do Estado do Rio de Janeiro, mas passou para o município do Rio de Janeiro, que por sua vez repassou para a OS Viva Rio. Então perguntou: o caso desses vinte leitos que a OS Viva Rio fez o contrato, que tinha estipulado os leitos desse hospital para ganhar vinte leitos (inaudível). A **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** informou que com o recurso próprio, o município contrata a OS e paga-lhe para administrar. Portanto, o município colocou um investimento ali sem receber do Ministério da Saúde (MS) porque o gestor julga que é importante para a população. Por isso, na hora da escolha, ou seja, para onde vai o recurso, o gestor fala não, mas sim para leitos de UTI, pois é algo que precisamos alocar o recurso, independente do Ministério da Saúde repassar ou não. Enfatizou que é recurso próprio do município do Rio de Janeiro, agora, quando a conselheira Clara Câmara Soveral Carneiro explicou a publicação, que o Ministério da Saúde (MS) passa a dar recurso para esta prefeitura com recurso carimbado, que vai ser repassado para a OS gerir. Esse dinheiro (verba) que gere o que já existia para ele, vai melhorar um pouco a assistência, qualificar um cuidado de um leito. O dinheiro que exceder, dali que investia, poderá fazer outro tipo de investimento na Cidade do Rio de Janeiro, como aumentar a equipe de Saúde da Família (ESF) ou aumentar um leito em outro hospital pediátrico ou outro tipo de leito. Em tudo, há um estudo para essas alocações orçamentárias. O **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** informou que espera que esse estudo passe pelo crivo do franqueado local. Isso é o que a gente espera. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** pediu para a palestrante falar um pouco sobre cofinanciamento e como essa verba chega no Tesouro, da parte do Ministério da Saúde (MS). A **conselheira Clara Câmara Soveral Carneiro** informou que se chama Cofinanciamento, porque a gente está financiando verba, o Ministério da Saúde também, tem uma parte TRF que é transferida pelo próprio Ministério da Saúde. Entretanto, esse recurso é Cofinanciamento Estadual, que é um recurso do Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde e, que é carimbado para Terapia Renal Substitutiva. Então, não tem como usar em outra prestação de serviço,

pois precisa fazer a aplicação do recurso no repasse referente a essa prestação de serviço. **Conselheira que não se identificou** perguntou se esse recurso é pela tabela SUS? A **conselheira Clara Câmara Soveral Carneiro** informou que contratualizam a Tabela SUS. Novamente **conselheira que não se identificou** disse que tinha uma dúvida: com esse recurso poderá fazer maior número de hemodiálise ou se pagará mais para uma hemodiálise? A **conselheira Clara Câmara Soveral Carneiro** respondeu que é para uma hemodiálise. Mais uma vez **conselheira que não se identificou** perguntou se este recurso é para complementar o pagamento daquilo que já é feito, ou seja, para melhorar. A **conselheira Clara Câmara Soveral Carneiro** respondeu que não está precisando ampliar. Outra vez **conselheira que não se identificou** perguntou se é para pagar melhor por um serviço benfeito. A **conselheira Clara Câmara Soveral Carneiro** informou que com isso exigem mais qualidade na prestação de serviços. O **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** (inaudível) informou que tem uma demanda. Disse que há anos discute com a sociedade e com o CMS/RJ, a respeito do SISREG porque foi uma grande coisa para a população. Relatou que tinha uma paciente em frente a Unidade de Saúde que faz hemodiálise. Trata-se de um paciente que não consegue se locomover por ser cadeirante. Então, não haveria uma flexibilidade, uma maneira desse paciente ser atendido naquela Unidade de Saúde dos queimados? Ele é agendado para uma Área, mas não tem como ir e perde a consulta. O que a gente pode fazer por ele? O **Dr. Lucas Galhardo de Araújo** informou que a Regulação de Hemodiálise está dentro do município, mas a ordem é do Estado, onde alguém decide para onde o paciente vai e que não somos nós da nossa regulação. Quem regula a oferta da Cidade é o Estado. Por isso, contratamos e damos para regular os nossos pacientes. O segundo movimento é solicitar a transferência de pacientes que possa ser mais perto de casa e que são mapeadas essas distâncias. Informou que têm feito um esforço, porque existe o acolher especializado de transporte sanitário, que tem levado um custo para o município com pagamento acima (inaudível) e, que é do interesse da gente que o paciente fique mais próximo de casa, que economiza com o transporte sanitário e gastar os recursos com outro contraponto. Disse que até a troca de Unidade de Terapia Substitutiva quem confirma e executa é o Estado, enquanto que nós só contratamos o serviço. Então é assim, eu que tenho quero escolher para dar alta, mas eles fazem hemodiálise dentro de casa, só que não tem vaga na Unidade de Saúde e a Unidade não tem vaga, mas ele não pode ficar internado no hospital por exemplo: por que ele quer vaga dentro de casa? Ele traz esse leito do hospital e vai para a clínica e tem a vaga adquirida no momento. Mas quem abre vagas pode transferir e a gente solicita transferência. Isso é uma política que vem acontecendo. Tem um paciente, que ele e uns moradores fazem hemodiálise no bairro de Bangu. É muito distante, mas ele ali passa perto da clínica com os moradores, aí solicita para o Estado essa troca ou a própria clínica solicita e a gente monitora essa troca para ficar mais próxima de casa. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** informou que a SMS tem esse link, de tentar contornar, trazendo o paciente para próximo do território. O **Dr. Lucas Galhardo de Araújo** informou que tem uma equipe

dentro do Complexo Regulador que trabalha com hemodiálise, como se fossem nossos membros dentro da equipe de TRS do Estado e que tenta realizar essas trocas, agilizar vaga, trocar pessoa internada, desde aquilo para ter alta, que é a Clínica Satélite de Hemodiálise que agiliza para que possa liberar o leito para o próximo paciente. Essa mesma equipe faz a gestão de trocar, mas não é muito fácil e simples, mas acontece sempre que possível. Colocada em votação, a Política de Cofinanciamento Estadual (Ofício N° SMS-OFI-2022/14004), foi aprovada por maioria simples. Ponto cinco: dando prosseguimento, a **Assessora da Subsecretária Geral e conselheira Clara Câmara Soveral Carneiro** deu início a Deliberação do Ofício N° SMS-OFI-2022/14354 referente ao objetivo de lograr a aprovação da revisão do Manual de Regulação Ambulatorial do município do Rio de Janeiro, utilizando-se de recursos audiovisuais, comentando-os e explicando-os. Em seguida foi aberto o ciclo de debate. Nesse ponto, a **conselheira Maria Angélica de Souza** fez várias observações sobre o assunto abordado e deu sugestões de modo a colaborar com o trabalho que foi apresentado. Ao ser colocada em votação a revisão do Manual de Regulação Ambulatorial do município do Rio de Janeiro (N° SMS-OFI-2022/14354) foi aprovada por maioria simples. Ponto seis: esse ponto foi cancelado devido o compromisso da apresentadora. Ficou acordado que o mesmo irá para a pauta da próxima reunião Ordinária do CMS (mês de julho) com o acréscimo sugerido pelo conselheiro Marinaldo Silva Santos, a respeito dos salários pagos aos servidores estatutários x salários pagos aos contratados pela Gestão através das Organizações Sociais x salários pagos pela Empresa Pública RIOSAÚDE. Ponto sete: Informes dos Conselhos Distritais de Saúde. O **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** informou que o CDS da AP 5.1 fez reivindicações com relação à saúde Mental durante a 5ª Conferência de Saúde Mental. Ponto oito: Informes da Secretaria Executiva. A **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** informou que a 5ª Conferência de Saúde Mental foi concluída com sucesso e, em seguida fez a leitura da relação de delegados que foram eleitos. O **conselheiro Marcello Claudio Nunes Deodoro** pediu a relação dos delegados que foram eleitos para constar em Ata. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** indagou o por que não ter sido colocado na pauta o ponto Informes da Presidência? Esclareceu que a 5ª Conferência de Saúde Mental ocorreu de forma conturbada, mas que felizmente, ao final, foi um sucesso. A **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** informou quanto ao fato de não constar na pauta os “Informes da Presidência” que o mesmo constará na pauta da próxima reunião. A **presidente do Colegiado Maria de Fátima Gustavo Lopes** e a **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** agradeceram ao Secretário Municipal de Saúde todo o apoio que tiveram naquela Conferência. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** também informou que a partir de julho irão tirar a Comissão Organizadora da 14ª Conferência Municipal de Saúde. A **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** fez a leitura dos dias em que estão previstas as realizações das diversas Conferências Distritais de Saúde e da Conferência Municipal de Saúde. Em seguida foi deliberada pela maioria simples a aprovação das datas da realização da Conferência Municipal de Saúde prevista para os



**dias 09, 10 e 11 de março de 2023.** Também ficou acertado que a Comissão de Ética irá se reunir no dia 23 de junho de 2022 às 14 horas no auditório onde está localizada, temporariamente, a atual sede do Conselho Municipal de Saúde. Ponto nove: Informes da Gestão da SMS. A **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** informou quanto a importância da divulgação da vacinação para uma imunização robusta e de seguir os protocolos para conter a Covid-19. Informou também da importância de se manter regularizada a documentação dos Conselhos Distritais e Municipal para a Conferência Municipal de Saúde. Em seguida, pediu ajuda de todos para que possam fazer a construção dessa conferência. Ponto dez: Informes do Colegiado. O **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** informou que a Policlínica Rodolpho Rocco está saindo de uma fase bem ruim. Informou também que foi feita uma rampa de acessibilidade para as pessoas com deficiência física. Continuando, disse que o tomógrafo não está funcionando. Por fim, disse que lamentava o fato de perderem a gestora que batalhou muito em prol da Policlínica porque ela irá para o Hospital Maternidade Herculano Pinheiro. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado foi encerrada a reunião às dezessete horas e doze minutos e eu, **Marcelo Dionízio Gomes** dou por lavrada a ata e assino em conjunto com a Presidente deste Conselho, conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes.

**Marcelo Dionízio Gomes**

**Maria de Fátima Gustavo Lopes**